

# **IMPLANTAÇÃO DE CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS**

**VITÓRIA/ES MAIO/2017**

**LIGIA CRISTINA BADA RUBIM - FAESA CENTRO UNIVERSITÁRIO - ligiarubim@gmail.com**

**Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)**

**Natureza: RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA**

**Categoria: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS**

**Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR**

## **RESUMO**

*O presente estudo aborda a implantação de carga horária online na graduação presencial em instituições de ensino superior. Mediante a possibilidade legal dessa modalidade, as instituições puderam aderi-la em suas ofertas, mas nem todas se prepararam estrategicamente, o que implicou na dificuldade em avançarem qualitativamente. O objetivo geral dessa pesquisa foi evidenciar os aspectos que compõem a estruturação de um planejamento estratégico para os 20% EAD na graduação presencial. Dessa forma, por meio desse estudo, buscou-se contribuir para a produção acadêmica dessa modalidade visando a melhoria da qualidade na sua implantação. Conforme resultados, a implantação carga horária online na graduação presencial pressupõe a definição de cinco aspectos essenciais: do ambiente virtual de aprendizagem junto a estrutura de TI; do atendimento e suporte a professores e alunos; das políticas institucionais, estrutura organizacional e estruturação da equipe; das diretrizes e gestão de desenvolvimento das disciplinas; e do programa de formação docente.*

**Palavras-chave: Ensino superior; 20% EAD; Educação presencial.**

## **AGRADECIMENTOS**

À Profa. Ma. Alessandra Corrêa Farago na orientação desta pesquisa, que resultou no TCC da Pós-graduação em Gestão Educacional, realizada no Centro Universitário Claretiano em 2016.

## Introdução

O presente estudo aborda a implantação de carga horária online na graduação presencial em instituições de ensino superior, com o intuito de contribuir para o planejamento estratégico da inserção dessa modalidade.

A inserção de carga horária EAD no presencial atualmente é regulamentada pela Portaria 1.134, de 10 de outubro de 2016, entretanto essa inserção é possível desde 2004, quando foi publicada a portaria 4.059/04, que normatizou pela primeira vez essa modalidade no ensino superior.

O limite legal da inserção de 20% da carga horária EAD, discutido na construção do novo Marco Regulatório da Educação a Distância, descrito na Resolução CNE/CES nº1/2016 (MEC, 2016), levantou a possibilidade de aumento dessa porcentagem nos currículos de graduação presencial, como já ocorre em outros países há muitos anos, entretanto não foi adiante. De qualquer forma, essa é uma tendência mediante a maior habilidade de uso das tecnologias por alunos e professores do ensino superior, pela evolução e velocidade das tecnologias interativas via internet e a própria mudança que vem ocorrendo nos últimos anos com a evolução dos conceitos e práticas da hibridização do ensino presencial (CHRISTENSEN, HORN & STAKER, 2013).

Nesse contexto o presencial e o virtual são implantados de forma mais natural e harmônica ao processo de ensinar e aprender por meio de metodologias, como a sala de aula invertida, na qual o estudo conceitual e discussões são feitas via online e o aluno no presencial participa de oficinas que provocam a mobilização do conteúdo estudado. Como nos apresenta Magnoni & Magnoni (2012) “a Universidade tem que dispor de conhecimentos e de métodos atualizados, para que esteja em condições de enfrentar os diversos desafios educacionais e culturais da sociedade contemporânea” (p. 95).

A inserção da carga horária a distância no presencial culminou na atualização das informações nos projetos pedagógicos, indicando as disciplinas que possuem tal carga horária, o que de uma certa forma, nos últimos anos acelerou o processo de inserção de EAD nas instituições, mas que por outro lado não possibilitou a revisão das práticas presenciais e de EAD para que compusessem um todo comum e integrado, de modo articulado no plano de desenvolvimento institucional. Ocorre que nem todas as instituições se prepararam estrategicamente para a inserção dessa carga horária, o que tem implicado numa dificuldade em avançar qualitativamente na sua implantação.

Em estudo recente foi realizado o levantamento sobre essa modalidade nas publicações feitas entre os anos de 2015 e 2012, no Congresso Internacional ABED de Educação a Distância. Nele, cerca de 800 artigos foram apresentados, sendo 23 sobre a inserção da carga horária a distância em cursos presenciais. Os principais temas abordados nos artigos sobre a modalidade: receptividade de alunos e professores (9), implantação da carga horária EAD nos cursos presenciais (3), ferramentas tecnológicas utilizadas (3), formação docente para atuação (2) e desenho educacional das disciplinas com carga horária online (3).

Dessa forma, a importância desse estudo se dá no sentido de contribuir para a produção acadêmica a partir do levantamento bibliográfico, visando a melhoria da qualidade de uso de disciplinas online em cursos de graduação presencial. Mediante o exposto, essa pesquisa tem como problema de investigação: quais aspectos devem ser considerados na implantação dos 20% EAD na graduação presencial?

Pelo fato da educação a distância ser considerada uma área multidisciplinar, composta por saberes educacionais, tecnológicos e midiáticos, pressupõe-se que os aspectos a serem considerados na inserção da carga horária a distância em cursos presenciais derivem dessas áreas e sejam considerados de modo integrado na sua implantação.

O objetivo geral da pesquisa foi evidenciar os aspectos que compõem a estruturação de um planejamento estratégico para implantação dos 20% EAD na graduação presencial, contribuindo para o avanço da produção científica nessa área do conhecimento e para a inserção dessa modalidade de maneira mais qualificada pelas instituições de ensino superior.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, o presente estudo foi estruturado em três temas, o primeiro aponta a necessidade de identificar a razão de ser da modalidade na instituição, como o ponto de partida para sua implantação; o segundo esclarece a importância de elencar e detalhar os serviços a serem prestados aos alunos, como segundo passo para a elaboração da estratégia institucional para implantação da modalidade; por fim, o terceiro trata dos aspectos que constituem o planejamento estratégico para a implantação da carga horária a distância em cursos de graduação presencial.

## **1. A razão de ser da EAD na instituição**

A inserção da carga horária EAD na graduação passa por uma decisão estratégica institucional, uma vez que essa modalidade passará a compor o seu modo de prestação

de serviços educacionais. Sendo uma decisão estratégica, faz-se necessária uma análise da razão de ser de sua implantação, na busca da resposta para algumas questões, como por exemplo: quais benefícios serão agregados aos alunos? Quais ganhos serão alcançados pela instituição? De que maneira a inserção de EAD auxiliará a instituição no alcance de seus objetivos estratégicos? A resposta a essas perguntas auxilia as instituições a não caírem na armadilha dos modismos ou da 'pressão do mercado', e nem mesmo enveredarem por uma inserção desvinculada das decisões acerca do seu planejamento, descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Conforme Moran, Filho e Sidericoudes (2005) as instituições fazem a implementação da carga horária online em cursos presenciais a partir de modelos diferentes. Em universidades públicas geralmente a adesão ocorre voluntariamente pelos professores, devido a maior autonomia nas mudanças do projeto pedagógico dos cursos. No caso das instituições particulares, em geral, essa inserção é planejada pontualmente, seja apresentando a opção das ofertas online para alunos em dependência ou mesmo elegendo disciplinas comuns para oferta online, com tutoria ativa que mobiliza os alunos em torno dos conteúdos disponibilizados. Em ambas situações o viés econômico é um ponto positivo para as instituições, ficando o desafio dos momentos online proporcionarem situações de aprendizagem qualificadas para seus alunos.

A partir da decisão estratégica da razão de ser da inserção da EAD, a instituição precisa definir as políticas de EAD de modo coerente com as políticas e programas previstos em seus documentos, viabilizando sua integração ao todo, bem como definir de que maneira e ao longo de quanto tempo será integralizada toda a carga horária EAD nos cursos, conforme permitido na legislação.

De acordo com publicações recentes, a modalidade EAD na graduação presencial tem sido inserida transversalmente nos cursos, por meio de disciplinas generalistas que contribuem para consolidar o perfil dos alunos das instituições, reforçando seu diferencial; por meio de disciplinas comuns entre áreas, de modo a atender o que há de comum na formação profissional e acadêmica de determinadas áreas do conhecimento; e, finalizando, por meio de disciplinas específicas em cada curso ou optativas/eletivas, contribuindo para ampliar a flexibilização do currículo. Nessa perspectiva, a instituição consegue inserir a carga horária EAD de maneira otimizada, sem dissipar demais os esforços na implantação e posterior gestão da oferta. A decisão por essa estratégia curricular denota a necessidade de revisão da oferta de todos os cursos envolvidos.

## **2. Levantamento e detalhamento dos serviços prestados aos alunos na modalidade**

Por vezes, as instituições realizam seu planejamento estratégico sem considerar quais os serviços a serem oferecidos e como serão entregues aos seus clientes, o que causa um descompasso entre o intencionado e o realizado, causando insatisfação entre a instituição e os seus clientes. Esse cenário não é diferente no setor educacional.

Em se tratando da oferta de graduação com disciplinas online, basicamente podem ser elencados os seguintes serviços: matrícula nas disciplinas, acesso à sala de aula virtual, acesso a recursos didáticos, acompanhamento docente/tutoria, avaliação, registro acadêmico e suporte técnico/pedagógico. Como pode ser visto, a maior parte dos serviços (o que o aluno recebe) também ocorre na oferta presencial, entretanto, é preciso repensá-los do ponto de vista da EAD e para que eles ocorram é necessário delinear todos os processos, estrutura, recursos e investimentos (o que o aluno não percebe, mas sem os quais não se torna possível a oferta) para sua plena execução. Dessa forma, para cada um desses serviços básicos, deve-se responder às seguintes perguntas: Qual modelo será adotado para o serviço? Quais recursos tecnológicos, materiais e humanos a instituição já possui para oferta-lo? Quais áreas estarão envolvidas na gestão desse serviço? Há investimentos necessários para sua implantação? Como o serviço será comunicado aos alunos?

Assim como na elaboração do PDI e do PPC, orienta-se que essas definições sejam feitas por participantes de toda comunidade institucional, pois uma vez implantadas orienta-se que a EAD esteja incorporada nas ações de todos os setores, e não de modo isolado. Estudos revelam que essa participação estimula a criação de uma rede de conhecimentos em que toda a instituição envolve-se globalmente nas decisões e possíveis problemas que surgirão nessa oferta (ALMEIDA e PRADO, 2006).

### **3. Aspectos necessários para implantação da EAD na graduação presencial**

A seguir apresentam-se os aspectos necessários à implantação da EAD na graduação presencial, de acordo com o levantamento bibliográfico realizado.

#### **a. Definição das políticas e estrutura de gestão da EAD**

As políticas de educação a distância devem estar alinhadas às políticas institucionais, pois fazem parte de uma razão de ser maior que a própria modalidade. Durante algum tempo foi comum verificar nos documentos das instituições educacionais o compromisso com uma educação colaborativa e baseada na construção do conhecimento no presencial e, de modo incoerente, a oferta a distância ser realizada no modelo autoinstrucional, sem acompanhamento docente e interação entre pares. De acordo com

Rumble (1993), o modelo de educação a distância e sua estrutura devem ser planejados considerando a missão da instituição, suas expectativas, filosofia e valores fundamentais.

De acordo com o Marco Regulatório da EAD, de 2016, essas incongruências devem ser consideradas nos processos de autorização e reconhecimento da modalidade, incluindo as ofertas online nos cursos presenciais. Dessa forma, ao estabelecer as políticas de ensino para a EAD, bem como o posicionamento educacional e suas diretrizes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), deve-se observar seu alinhamento ao que está declarado no PDI, de acordo com os valores que os regem. Conforme estudo anteriormente realizado, a partir das políticas e diretrizes macro, devem ser realizadas as definições estruturais (núcleo, departamento ou gerência), se a estrutura será incorporada na área pedagógica ou será autônoma, se o modelo de gestão dessa estrutura será centralizado ou descentralizado na tomada de decisões (RUBIM, 2011).

#### b. Definição do ambiente virtual de aprendizagem e estrutura de TI

Importante destacar que na literatura sobre os 20% EAD não existe menção a oferta dessa modalidade que não seja por meio da internet, possivelmente pelo fato de sua regulamentação ser do ano de 2004, quando se iniciou o movimento de alavancar o avanço da internet no país. Dessa forma, parte-se do pressuposto que para inserção da modalidade, é necessário definir um ambiente virtual de aprendizagem - AVA, onde estarão disponíveis todos os recursos necessários para a realização dos estudos e atividades, permitindo “integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos” (ALMEIDA, 2003, p.331). A depender da estratégia institucional, o ambiente pode ser uma plataforma comercial ou uma plataforma de desenvolvimento livre. Tão importante quanto a definição do AVA, é a definição da estrutura de TI para hospedagem do sistema, armazenamento de dados e provimento de acesso, que pode ser interna - o que demanda investimento em servidores, links de internet; ou externa – o que demanda a aquisição de serviços de hospedagem em nuvem. Em ambos os casos é necessário prever equipe para integração com sistemas internos, como por exemplo o sistema de matrícula e notas bem como equipes especializadas, seja para no gerenciamento, desenvolvimento e manutenção da estrutura de TI, como no primeiro caso; seja somente no gerenciamento da estrutura contratada, como no segundo caso. Conforme os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), é necessário que a instituição ofereça estrutura tecnológica, incluindo o ambiente virtual de aprendizagem, ferramentas de gestão acadêmica de alunos e professores e

infraestrutura de TI, alinhada à oferta realizada.

#### c. Definição das diretrizes de desenvolvimento das disciplinas EAD

A definição das diretrizes de desenvolvimento das disciplinas EAD auxilia a instituição a imprimir um modelo de disciplinas online, que pode ter variações, mas que não sejam divergentes entre si. Conforme Gomes e Lopes (2003) a EAD “implica a organização e estruturação de um Sistema específico, que possui componentes essenciais ao seu funcionamento” (p.2).

Nessas diretrizes define-se a organização padrão do AVA, o limite de alunos por disciplina online, a propriedade do direito autoral dos materiais publicados, qual o modelo pedagógico para os conteúdos e atividades, as ferramentas que devem ser usadas e que viabilizam a proposta educacional declarada, quais são os tipos de recursos a serem disponibilizados, qual é a autonomia dos professores para inserção de outros materiais nas ofertas, se haverá tutoria ou acompanhamento docente, se podem ser realizados encontros presenciais, de que maneira acontecerão as avaliações presenciais e seus tipos, se a oferta será regular ou modular, entre outras definições; de modo que ao descer para o plano tático e operacional, a área responsável pela gestão da EAD, da elaboração de materiais didáticos e os docentes tenham clareza das possibilidades e limites estabelecidos pela instituição no que tange ao modelo de EAD.

#### d. Definição da estrutura de atendimento aos alunos e aos professores

A estrutura de atendimento aos alunos e professores tem demonstrado ser um item fundamental na definição da implantação da EAD na graduação. Precisa ficar claro para o aluno quais canais de comunicação terá disponível para tirar dúvidas, em que local poderá pedir ajuda sobre o uso do ambiente virtual, qual é o canal do suporte técnico e em quanto tempo será respondido. Uma vez que o serviço de disciplinas online será ofertado, sua estrutura de suporte e atendimento precisa estar clara.

Esse apoio também é necessário ao docente, que pode lidar com situações no dia a dia que não estão ao seu alcance para resolução. De acordo com o modelo de gestão adotado, esse professor pode ter apoio mais próximo junto às coordenações de curso ou mesmo nos núcleos/gerências responsáveis pela gestão e oferta das disciplinas EAD. De acordo com o Marco Regulatório da EAD, de 2016, essas definições devem estar claras nos documentos institucionais, tanto no PDI como nos Projetos Pedagógicos de Curso

#### e. Definição da formação de professores

A formação de professores é fundamental para o sucesso da implantação da EAD no presencial. Estudos demonstram que o fato dos professores serem especialistas em sua área de conhecimento e possuírem habilidades de uso da tecnologia não é suficiente para sua atuação na educação online (ABREU-TARDELLI, 2006), sendo necessário um programa de formação que os auxilie a relacionar sua atuação via tecnologia com os processos de ensino e aprendizagem, de acordo com o modelo institucional adotado.

No domínio técnico, o professor precisa conhecer e ter segurança no uso das ferramentas disponíveis, compreendendo o potencial de cada uma para que, ao planejar conteúdos e atividades, selecione as que melhor atendem o objetivo educacional a ser alcançado e demonstrado pelos alunos, apropriando-se efetivamente dos recursos de comunicação, interação, conteúdo, atividades e gestão de turma do ambiente virtual.

De acordo com Almeida (2004), sem domínio técnico da tecnologia o professor tem a sua atuação muito limitada do ponto de vista pedagógico, entretanto, somente o domínio técnico não é suficiente para realizar o processo de ensino e aprendizagem online. Dessa forma, no domínio pedagógico é necessário que o professor tenha conhecimentos da organização do AVA, da ambientação online, do uso pedagógico das ferramentas disponíveis e da avaliação da aprendizagem a distância.

Por fim, uma vez que os saberes docentes se dão pelo conhecimento técnico científico de sua área, pelo conhecimento pedagógico e pelo conhecimento advindo da experiência, é importante considerar que ao propor a formação dos professores, recomenda-se ainda o acompanhamento da ação docente com seus alunos, de modo que as dificuldades de transposição dos conhecimentos pedagógicos online para a prática seja objeto de reflexão para seu avanço na prática docente em ambiente virtual de aprendizagem.

#### **Considerações finais**

Conforme o estudo apresentado, a implantação da carga horária a distância na graduação presencial pressupõe a definição de cinco aspectos essenciais: do ambiente virtual de aprendizagem junto a estrutura de TI; do atendimento e suporte a professores e alunos; das políticas institucionais, estrutura organizacional e estruturação da equipe; das diretrizes e gestão de desenvolvimento das disciplinas; e, por fim, do programa de formação docente.

Conforme inicialmente pressuposto, os aspectos da implantação dessa modalidade consideram os saberes educacionais, tecnológicos e midiáticos, entretanto há de se considerar também os conhecimentos de gestão especialmente na definição das políticas institucionais, da estrutura organizacional, da equipe responsável e do desenvolvimento de disciplinas com carga horária online; bem como os conhecimentos de planejamento estratégico para delinear a razão de ser da modalidade, os serviços a serem prestados aos alunos e, por fim, a estrutura e investimentos necessários para sua implantação.

Recomenda-se a realização de estudos aprofundados de cada um dos aspectos evidenciados nessa pesquisa, de modo a trazer contribuições mais específicas para a elaboração do planejamento estratégicos de instituições de ensino superior interessadas na implantação dessa modalidade.

## Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. *Inclusão digital do professor: formação e prática pedagógica*. São Paulo: Editora Articulação Universidade Escola, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação & Pesquisa*. vol.29 no.2 São Paulo July/Dec. 2003.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. A importância da gestão nos projetos de EAD. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Salto para o Futuro*. Debate: Mídias na educação, n.24, PGM5, Nov/dez 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4059/2004. 2004.

\_\_\_\_\_. Referenciais de Qualidade da EAD. 2007.

\_\_\_\_\_. Marco Regulatório da Educação a Distância. Resolução CNE/CES nº1/2016. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.134/2016. 2016.

CHRISTENSEN, Clayton M., HORN, Michael B. & STAKER, Heather. *Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos*. Clayton Christensen Institute. Tradução: Fundação Lemann e Instituto Península, 2013.

GOMES, Carmenísia Jacobina Aires; LOPES, Ruth Gonçalves de Faria. Gestão de sistemas de educação a distância: a teoria e a prática no contexto de um programa de formação de especialistas em ambiente internet. *FAHRENHEIT 451*. Revista Eletrônica do Centro de Ciências da Saúde – UNISINOS. Unisinos: 2003.

MAGNONI, Antonio Francisco; MAGNONI, Maria da Graça Mello. A educação para os “meios e os fins”: a informação, o conhecimento e a comunicação na educação escolar básica e universitária. *Revista Ciência Geográfica* - Bauru - XVI - Vol. XVI - (1): Janeiro/Dezembro – 2012.

MORAN, José M., FILHO, Manoel A. & SIDERICOUDES, Odete. *A ampliação dos vinte por cento a distância*: Estudo de Caso da Faculdade Sumaré/SP. CIAED/2005.

RUBIM, Lígia Cristina Bada. *Gestão do desenvolvimento de curso a distância*: investigação sobre a própria prática. 2011. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RUMBLE, Greville. *A Gestão dos Sistemas de Ensino a Distância*. UNESCO: Instituto Internacional de Planejamento da Educação , IIPE , Paris, 1993.